Relatório de Execução Física

N.º do Processo SEI: 25380.001341/2025-62

Subunidade/Unidade: Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratório de Referência

Instrumento Jurídico: 51/2021

Contrato nº: 61/2025

Vigência do contrato: 18/06/2025 a 18/12/2026

Projeto Fiotec: DIREX-009-FIO-25

Coordenador(a) Geral do contrato: Tânia Maria Peixoto Fonseca/ Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratório de Referência / E-mail: tania.fonseca@fiocruz.br / SIAPE: 1897107 / CPF: ***.742.807-**

Valor total do contrato: R$ 20.440.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e quarenta mil reais)

Período deste relatório: 23/07/2025 a 20/09/2025

1. Objeto da contratação:

Execução das atividades de apoio logístico, administrativo e gestão financeira do projeto do **Projeto: "Fortalecer da capacidade de resposta do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, através, das ações de Formulação, Implementação, Monitoramento, Informação e Comunicação nos Agravos de Interesse a Saúde Pública – FASE II"**.

2. Objetivos Geral e Específicos do Projeto:

2.1. Geral:

Dar continuidade ao Fortalecimento da capacidade de resposta do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, através, das ações de Formulação, Implementação, Monitoramento, Informação e Comunicação nos Agravos de Interesse a Saúde Pública.

2.2. Específicos

- Fortalecer o desenvolvimento das ações voltadas aos Agravos de Interesse a Saúde Pública;

- Estimular a implementação de processos de planejamento, monitoramento e gestão das ações de Vigilância em Saúde;

- Avivar a capacitação de profissionais em Vigilância em Saúde, visando o fortalecimento da capacidade de resposta do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde;

- Aguçar a disseminação do conhecimento sobre os Agravos de Interesse da Saúde Pública.

3. Execução

O presente projeto vem sendo executado em acordo com as metas e atividades em consonância com os termos pactuados no Contrato, a saber:

3.1 Execução Física e Financeira

META	EXECUÇÃO FÍSICA		VALOR DA META R$	EXECUÇÃO FINANCEIRA	
	% REALIZADO	% A REALIZAR		VALOR EXECUTADO R$	VALOR A EXECUTAR R$
1 – Fortalecer a Comunicação em Vigilância em Saúde	66%	34%	3.938.844,26	936.867,21	3.001.977,05
2 - Reforçar a Implementação e Monitoração nas ações de Vigilância em Saúde	61%	39%	5.439.280	2.917.892,38	2.917.892,38
3 - Fortalecer a promoção na realização de ações nos Agravos de Interesse a Saúde Pública na instância da Fiocruz	23%	77%	3.933.050,00	1.164.056,00	2.768.994,00

4 - Desenvolver e monitorar as práticas e procedimentos no campo da Vigilância em Saúde e Ambiente, em especial ações de prevenção, controle e eliminação de doenças transmissíveis e não transmissíveis	58%	42%	5.047.005,00	2.086.867,20	2.960.137,80

4. Resultados Alcançados:

Meta 1:

As iniciativas conduzidas no período analisado refletem o compromisso contínuo da Vigilância em Saúde e Ambiente com a promoção da saúde pública, a redução das iniquidades e o fortalecimento das políticas intersetoriais no território brasileiro. Entre as ações realizadas, destaca-se a **elaboração da proposta estratégica para o Seminário alusivo ao Mês das Doenças Negligenciadas** e a organização do **Webinar sobre atualizações em pesquisas de hantavírus e arenavírus**, eventos que visam promover a disseminação científica e o diálogo técnico sobre agravos de relevância epidemiológica A **Campanha Nacional de Vacinação contra Influenza 2025** constitui outro marco relevante, ainda em fase de compilação de dados. O relatório final, de caráter restrito até o momento (agosto de 2025), será elaborado pelas instâncias competentes após o encerramento da campanha, com foco na análise das estratégias adotadas e das coberturas vacinais por faixa etária.

Paralelamente, foi desenvolvido o **Relatório de Análise do Encontro Nacional de Diagnóstico e Vigilância**, que enfatizou a importância da padronização institucional e da comunicação visual como elementos estratégicos para o fortalecimento da credibilidade e da adesão às práticas de saúde pública. Também foi produzido o **Relatório Técnico sobre a Campanha de Vacinação no Brasil**, com foco na análise crítica dos textos, na descrição técnica do conteúdo e na avaliação da aplicabilidade das mensagens junto à sociedade civil, visando aprimorar a compreensão e a interpretação das ações comunicacionais. No campo das políticas equitativas, elaborou-se o **planejamento do inquérito para o diagnóstico da Política Nacional de Saúde da População Negra nos municípios brasileiros**, instrumento essencial para subsidiar a formulação e o monitoramento de ações voltadas à equidade racial em saúde. Complementarmente, produziu-se o **Relatório Técnico das Oficinas Jornada da Equidade Étnico-Racial**, realizadas no primeiro trimestre de 2025, as quais consolidaram práticas formativas e de sensibilização junto a gestores e profissionais. Destaca-se ainda o **documento técnico referente ao 30º Seminário Técnico-Científico Brasil–França**, intitulado *"O Caminho para a Eliminação de Doenças até 2030: Oportunidades e Desafios para Prevenir, Diagnosticar e*

Tratar". O relatório ressalta a relevância da descentralização do cuidado e da aplicação de ferramentas de tradução do conhecimento como mecanismos de integração entre pesquisa, prática e gestão. No âmbito do enfrentamento de agravos prioritários, elaboraram-se **relatórios técnicos específicos** voltados ao fortalecimento das ações de vigilância e cuidado para HIV, Aids e Hepatites Virais, destacando-se a importância da educação permanente dos profissionais e da abordagem multiprofissional livre de estigma e preconceito. A capacitação voltada à saúde sexual e reprodutiva foi reforçada como estratégia fundamental para a qualificação do atendimento e ampliação do acesso.

De forma complementar, foi produzido o **Relatório Técnico das Estratégias de Vigilância para o Enfrentamento da Tuberculose**, contemplando dados atualizados sobre as ações de controle da doença. As estratégias coordenadas de comunicação foram reconhecidas como ferramentas de educação permanente, favorecendo a integração entre profissionais, gestores e representantes da sociedade civil engajada no combate à tuberculose.

No eixo ambiental, elaborou-se o **Documento Técnico de Mapeamento dos Stakeholders do Programa Especial de Saúde do Rio Doce**, com o objetivo de fortalecer a governança interfederativa, ampliar a transparência e promover a inclusão social em territórios impactados por desastres ambientais.

As ações voltadas à promoção da equidade também compreenderam **articulações com estados, municípios e movimentos sociais**, contemplando reuniões virtuais com gestores e representantes da sociedade civil, além do apoio à realização das **Oficinas de Saúde Quilombola em Minas Gerais** e à **construção da Agenda Quilombola no Espírito Santo**.

No campo da saúde mental e da inclusão, foi elaborado um **Plano de Trabalho Integrado**, desenvolvido em parceria com os trabalhadores da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, com ênfase em ações educativas e na promoção do bem-estar psicossocial no ambiente de trabalho. Entre as ações de maior impacto, destaca-se o relatório técnico consolidado contendo as ações desenvolvidas na Vigilância em Saúde referente ao enfretamento e elaboração da Campanha Nacional sobre a Malária nas Américas, que apontam para um futuro promissor na erradicação dessa doença devastadora, reiterando que o caminho para a eliminação passa por esforços contínuos e coordenados, com ênfase na educação, na prevenção e na inovação tecnológica. Este relatório demonstrou que, embora os desafios sejam consideráveis, a implementação de ações estratégicas, o fortalecimento dos sistemas de vigilância e o engajamento ativo das comunidades são determinantes para transformar os avanços alcançados na base para a erradicação da malária nas Américas.

Dando continuidade às ações estratégicas desenvolvidas pela Vigilância em Saúde e Ambiente, destaca-se o **relatório técnico consolidado referente à Campanha de Hanseníase – Janeiro Roxo**, cujas atividades se estendem de janeiro a janeiro. As ações de educação em saúde, notadamente as transmissões ao vivo nas plataformas digitais do Ministério da Saúde, ampliaram o alcance da informação de forma acessível e interativa. Essas iniciativas contribuíram para desmistificar crenças, estimular a busca por diagnóstico e tratamento, promover os direitos dos pacientes e reduzir o estigma social. A inclusão de depoimentos reais e narrativas humanizadas fortaleceu o vínculo entre a população e o sistema de saúde, inspirando confiança e esperança. De forma complementar, o **relatório técnico consolidado da Campanha Nacional sobre a Malária** evidenciou o papel essencial das ações de prevenção e educação em saúde na redução dos casos da doença. A iniciativa representou um marco na ampliação da conscientização pública sobre as formas de transmissão e as medidas de prevenção, fortalecendo a capacidade de resposta dos serviços de saúde. Com enfoque especial nas comunidades amazônicas, as estratégias envolveram identificação e tratamento precoce de casos, bem como campanhas educativas adaptadas aos contextos locais. Tais ações reafirmam o compromisso do Ministério da Saúde com o controle e a eventual eliminação da malária como problema de saúde pública no país. No âmbito da saúde indígena, foi elaborado **relatório técnico voltado à promoção da conscientização e educação em saúde nas comunidades Yanomami**, com foco nas parasitoses intestinais. O documento propôs a

implementação de estratégias de educomunicação culturalmente sensíveis, respeitando as especificidades socioculturais dessas populações e incentivando práticas de higiene e prevenção. A abordagem participativa favoreceu a construção coletiva de soluções locais, contribuindo para a melhoria das condições sanitárias e para a redução da incidência de parasitoses nas aldeias. As ações educativas foram reforçadas com a **capacitação de profissionais de saúde**, por meio de materiais adaptados culturalmente, de modo a fortalecer o envolvimento comunitário e garantir a eficácia das atividades de vigilância e controle. Também foi desenvolvida **estratégia voltada aos Coordenadores Estaduais e de Capitais de Hepatites Virais**, integrando-se às ações do **Seminário do Dia Mundial de Luta contra as Hepatites Virais (Julho Amarelo)**. As atividades buscaram fortalecer as capacidades locais de diagnóstico, vigilância e tratamento, bem como ampliar a visibilidade pública sobre a importância do enfrentamento dessas doenças.

Nesse contexto, foi elaborado o **relatório da Oficina de Capacitação sobre o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Hepatite B e C**, que proporcionou atualização técnica e uniformização das práticas de manejo clínico. A **2ª Reunião da Comissão de Articulação com os Movimentos Sociais de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e ISTs** foi igualmente objeto de análise, destacando o papel central da sociedade civil na formulação de políticas e na defesa dos direitos das populações mais vulneráveis.

O fortalecimento institucional também foi tema da **oficina regional para implementação da Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS)**, que contribuiu para alinhar as práticas de gestão e aprimorar os processos de monitoramento, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde. De modo semelhante, a **oficina de capacitação sobre o Monitoramento das Estratégias de Vacinação (MEV)** consolidou o papel dessa ferramenta como eixo estruturante para a melhoria das coberturas vacinais, enfrentando desafios como a hesitação vacinal e as desigualdades de acesso.

Entre as ações de sensibilização internacional, destacou-se a **Semana Mundial de Conscientização sobre a Resistência aos Antimicrobianos**, alinhada aos planos de ação nacionais, e a **Campanha do Dia Mundial de Combate à Poliomielite**, ambas voltadas à promoção da vigilância e da imunização. Também foi realizada análise do **Encontro de Vigilância da Malária na Região Extra-Amazônica**, que discutiu os desafios específicos dessa localidade e propôs estratégias para o controle da transmissão residual. No campo da vigilância de zoonoses, foi desenvolvido o documento técnico contendo análises qualificadas dos dados do CNES, permitindo aprimorar os indicadores das Unidades de Vigilância de Zoonoses (UVZs) e subsidiar o planejamento estratégico da Coordenação-Geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial (CGZV).

As ações de comunicação institucional foram igualmente fortalecidas, com o **detalhamento técnico da norma digital da SECOM**, que orientou a produção de vídeos institucionais e materiais audiovisuais em conformidade com a identidade visual governamental. Foram produzidos também relatórios analíticos sobre os **materiais dos eventos virtuais da SVSA**, que avaliaram a eficácia das metodologias de comunicação digital na ampliação do engajamento do público e na melhoria dos serviços presenciais e híbridos. Em relação às políticas de saúde do trabalhador, o **Relatório Técnico da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora** destacou a saúde laboral como direito humano fundamental. Estruturada em três eixos – *Política Nacional de Saúde do Trabalhador*, *Novas Relações de Trabalho* e *Participação Popular para o Controle Social* –, a conferência mobilizou mais de 20 mil pessoas em 1.500 etapas preparatórias, culminando em uma etapa nacional com mais de 3.000 participantes e 1.700 delegados eleitos. O evento consolidou diretrizes para políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis, reafirmando o compromisso com a valorização da força de trabalho e o fortalecimento do SUS. No âmbito intersetorial, o CIEDDS - Comitê Interministerial para Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente foi objeto de relatório técnico consolidado, ressaltando a importância de uma abordagem que transcende o campo biomédico. . A iniciativa propõe uma abordagem intersetorial, articulando saúde, educação, assistência social e saneamento para enfrentar as causas estruturais das doenças, como pobreza, fome e falta de moradia digna. Mais que um desafio técnico, trata-se de uma

questão de justiça social e direitos humanos, reforçando que a eliminação dessas doenças exige políticas públicas integradas e coordenadas, capazes de transformar realidades sociais e promover um Brasil mais justo, igualitário e saudável.

Diversos **materiais informativos e campanhas educativas** também foram avaliados quanto à conformidade técnica e à eficácia comunicacional. O folder Varíola dos Macacos, de acordo com a normatização vigente no Ministério da Saúde, com a análise editorial do folder, obteve-se um resultado satisfatório com relação ao conteúdo e a forma visual como foi apresentado. O folder irá orientar os profissionais de saúde sobre a maneira eficaz de combater a Varíola dos Macacos. Os factsheets de obesidade e de atividade física, de acordo com os padrões vigentes no Ministério da Saúde., de acordo com a análise visual do *factsheet*, obteve-se um resultado satisfatório com relação ao conteúdo e a forma visual como foi apresentado. O *factsheet* irá orientar a população sobre os melhores hábitos a serem adotados para ter uma saúde de qualidade e uma vida mais longeva. Os carrosséis digitais sobre monkeypox contém textos, ilustrações, layout e conteúdos visualmente atrativos, de fácil entendimento, em concordância com os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Como ainda,

O relatório de análise do carrossel de abril verde, de acordo com os padrões vigentes no Ministério da Saúde, contendo textos, ilustrações, layout e conteúdos visualmente atrativos, de fácil entendimento, em concordância com os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Da mesma forma, os **cards sobre dengue**, os **folders sobre sarampo e poliomielite**, e o **card informativo sobre febre do Oropouche** obtiveram avaliação positiva, comprovando o alinhamento com as normas editoriais e a efetividade das mensagens preventivas. Foi elaborado ainda o documento técnico contendo recomendações para evitar surtos de leptospirose após enchentes, de acordo com os padrões vigentes no ministério da saúde

Com relação ao folder apresentado, o conteúdo visual, está alinhado com os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Obteve-se um ótimo resultado na orientação dos profissionais de saúde e da população sobre o entendimento da forma ideal de combater a esse agravo.

Nesta mesma perspectiva, foi elaborado o relatório de análise do card da febre do Oropouche, de acordo com os padrões vigentes no Ministério da Saúde, de acordo com a análise visual do card, obteve-se um resultado satisfatório com relação ao conteúdo e à forma visual como foi apresentado. O material irá fomentar a reflexão e conscientização das informações para o desenvolvimento de ações que permitam a diminuição do número de casos de febre do Oropouche registrados no Brasil.

Por fim, o **Encontro Nacional de Diagnóstico e Vigilância Laboratorial da Tuberculose** destacou-se como uma ação estratégica para o fortalecimento técnico e científico da rede de laboratórios. O evento proporcionou atualização de protocolos diagnósticos, integração institucional e modernização das práticas de vigilância, além de cumprir integralmente as normas de identidade visual e comunicação do Governo Federal. Espera-se que, a partir das discussões realizadas, sejam consolidados avanços na detecção precoce, no monitoramento laboratorial e na resposta integrada frente à tuberculose, contribuindo para a eliminação dessa doença como problema de saúde pública.

Meta 2

A atuação da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) e suas áreas técnicas no período recente tem se caracterizado por uma produção robusta de documentos técnicos e relatórios voltados ao aprimoramento das políticas públicas de saúde e à qualificação da gestão. Entre as principais entregas, destaca-se a análise quantitativa dos recursos recuperados após a inscrição em Dívida Ativa da União (DAU) no âmbito do Ministério da Saúde, elaborada conforme a Portaria PGFN/ME nº 6.155/2021. Esse documento contribuiu para aprimorar o controle financeiro e a eficiência na recuperação de ativos públicos.

No campo da vigilância epidemiológica, foram publicados boletins do Centro de Operações de Emergência (COE) Coronavírus, pela Secretaria de Vigilância em Saúde, que sistematizaram dados e orientações estratégicas sobre a

pandemia de COVID-19. Complementarmente, foi desenvolvido um documento integrador das diretrizes de implementação da vigilância da COVID-19, unificando informações provenientes do SINAN-NET e do módulo Surto, em consonância com as orientações nacionais e internacionais. Também se destaca a análise dos dados de incidência, mortalidade e diagnóstico apresentada no Boletim Epidemiológico da Tuberculose no Brasil, reforçando o compromisso com o monitoramento contínuo das doenças de relevância nacional. A estratégia MOSAICO foi consolidada em um relatório técnico que a evidenciou como ferramenta essencial para o fortalecimento da vigilância de vírus respiratórios, promovendo uma visão integrada entre detecção, monitoramento interpandêmico e uso de intervenções em saúde. A sistematização dos resultados das oficinas estaduais e a proposição de recomendações práticas contribuíram significativamente para a construção de um sistema de vigilância mais resiliente e preparado para emergências sanitárias. Em complemento, elaborou-se uma matriz de responsabilidades voltada ao acompanhamento das ações prioritárias de prevenção, resposta e recuperação diante de emergências e desastres relacionados a vírus respiratórios, fortalecendo a cooperação entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

No âmbito da gestão administrativa e de recursos estratégicos, um relatório técnico consolidou os achados de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), evidenciando perdas efetivas e potenciais de insumos em saúde — especialmente vacinas do Programa Nacional de Imunizações (PNI) — e destacando fragilidades logísticas e administrativas que impactam a eficiência do gasto público. O documento propôs parâmetros técnicos de aceitabilidade de perdas, aprimoramentos em sistemas de informação, fortalecimento da logística e da governança, bem como intensificação das práticas de gestão de riscos.

A consolidação do Plano de Trabalho do 15º Ciclo da Avaliação Institucional consolidado e estruturado com as metas globais e intermediárias, indicadores e metodologias de aferição no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, reforçou a cultura de gestão por resultados no Ministério da Saúde, estruturando metas, indicadores e metodologias de aferição alinhadas à estratégia institucional.

De modo complementar, foi produzido um levantamento das ações da SVSA relacionadas à Parceria para a Eliminação das Doenças Socialmente Determinadas no âmbito dos BRICS, evidenciando o papel do Brasil em iniciativas globais de enfrentamento a desigualdades em saúde. Foram elaborados instrumentos técnicos voltados à padronização de processos administrativos, como o documento contendo instrutivo com a estruturação das etapas para análise e tramitação de documentos, gestão patrimonial, manutenção de infraestrutura e controle de correspondências, com os fluxos e responsabilidades organizados e rastreabilidade dos processos para a melhoria contínua da gestão na SVSA.

Assim como um manual para padronização de procedimentos relacionados à gestão de passagens, diárias, conciliação contábil e fiscalização de contratos no âmbito da SVSA, com regras claras para o uso dos sistemas SEI, SIAFI e SCDP.

A SVSA também conduziu análises detalhadas de propostas de emendas parlamentares, elaborando pareceres técnicos e recomendações fundamentadas quanto à viabilidade e adequação das propostas, além de desenvolver estudos sobre as políticas e marcos legais da vigilância em saúde. No campo da saúde de populações migrantes, refugiadas e apátridas, destacaram-se a formulação de minuta da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dessas populações, o relatório técnico do Grupo de Trabalho de Migrações e a construção de boletins epidemiológicos específicos com dados desagregados por nacionalidade, sexo, idade e unidade federativa, ampliando a visibilidade e o subsídio técnico para formulação de respostas equitativas no SUS. Este documento contemplou a proposta de minuta da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas, com estruturação de princípios, diretrizes e eixos estratégicos para orientar a atuação do SUS no atendimento integral à Saúde a essas populações.

Relatório contendo evidência técnica e intersetorial para construção do Boletim Epidemiológico da Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas, destacando o levantamento de dados em bases como SINAN, SIM, SI-PNI, e-SUS AB e SIVEP-Gripe. Adicionalmente, foi contemplado odocumento contendo proposta de Boletim Epidemiológico da Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas consolidado com sumário, seções analíticas e recomendações, além da organização de dados desagregados por nacionalidade, sexo, idade e UF, ampliando a visibilidade dessas populações e subsidiando a formulação de respostas qualificadas e integradas no SUS.

O monitoramento técnico e financeiro dos projetos Proadi-SUS foi consolidado em relatórios que evidenciaram o alinhamento entre as instituições proponentes e as prioridades da vigilância em saúde. Paralelamente, um inventário

de 22 atos normativos da SVSA identificou lacunas de conformidade e ressaltou a importância da Análise de Impacto Regulatório (AIR) para assegurar clareza e eficácia dos instrumentos regulatórios. Outros produtos de destaque incluem a identificação de melhorias no Sistema de Gestão de Trabalhadores (Sigest), neste relatório técnico é contemplado a identificação dos possíveis problemas, sugestões de melhorias, proposta de otimização e/ou substituição de campos e ações no Sistema de Gestão de Trabalhadores.,

Pareceres técnicos com a análise das atividades técnicas e financeiras executadas no 2º semestre de 2024 do Termo de Cooperação nº 120 em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, garantindo a conformidade com os objetivos pactuados entre Ministério da Saúde e OPAS. Ainda nesta perspectiva, foi levantado um documento técnico contendo a sistematização de 26 estudos publicados entre 2019 e 2024, abordando diferentes dimensões sociais, ambientais e de saúde relacionadas ao desastre de Mariana, e evidenciando impactos persistentes, como aumento de doenças infecciosas, problemas de saúde mental, contaminação por metais pesados, insegurança alimentar e repercussões sociais profundas, além da sobrecarga nos serviços de saúde.

Foram também formuladas diretrizes e ações prioritárias voltadas à saúde dos povos indígenas afetados pelo rompimento da barragem de Fundão, com foco na integração entre o SASI-SUS, o SUS e a governança do Programa Especial de Saúde do Rio Doce. A Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) avançou significativamente em diversas frentes estratégicas e operacionais voltadas à consolidação das políticas públicas de saúde, com destaque para a temática das migrações e para a cooperação técnica internacional. O relatório consolidado das ações da SVSA nessa área registrou reuniões, articulações, oficinas e agendas interministeriais relacionadas à Operação Acolhida, à repatriação de brasileiros e ao acompanhamento de deportados. Tais iniciativas evidenciam a relevância da articulação entre diferentes ministérios, organismos internacionais e áreas técnicas da saúde, reforçando a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em responder de forma oportuna e equitativa às demandas migratórias. Complementarmente, o documento que analisou e detalhou as atividades executadas pelo 2º Termo de Ajuste, vinculado ao 120º Termo de Cooperação Técnica em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), referente ao ano de 2024, demonstrou o compromisso institucional com a transparência e a eficiência administrativa. O consolidado do processo de Avaliação de Desempenho Institucional (ADInst) reforçou a cultura de monitoramento contínuo e de aprimoramento da gestão pública, enquanto o procedimento operacional padrão para manejo de situações de assédio no ambiente de trabalho refletiu o compromisso da SVSA com a promoção de um ambiente laboral ético, seguro e inclusivo. .

O documento que apresentou a análise da diversidade racial e de gênero da força de trabalho da SVSA, com base em dados sociodemográficos de 2025, contribuiu para o diagnóstico institucional e para a formulação de políticas internas voltadas à equidade e representatividade. Paralelamente, foi desenvolvido um portfólio estruturado com as prioridades da Secretaria, alinhadas ao Plano Nacional de Saúde e à Política Nacional de Vigilância em Saúde, direcionado à captação de emendas parlamentares que apoiam ações estratégicas de vigilância em saúde e ambiente.

A análise técnica das propostas de emendas parlamentares e a emissão de pareceres para os projetos submetidos às ações de vigilância em saúde e ambiente asseguraram coerência técnica e alinhamento com as diretrizes ministeriais. Complementarmente, foram elaboradas filipetas (guias de bolso) contendo as principais ações de vigilância em saúde elegíveis para o recebimento de recursos federais via emendas, com o objetivo de facilitar o acesso às informações e apoiar a tomada de decisão de gestores locais.

O relatório técnico que propôs mecanismos iniciais de modernização do Sistema de Insumos Estratégicos (SIES) destacou melhorias estruturais, incluindo a otimização da interface, a integração com bases externas, a criação de filtros personalizados e a simplificação da exportação de relatórios, tornando o sistema mais ágil e eficiente. Em paralelo, o mapeamento consolidado de 118 stakeholders vinculados ao Programa Especial de Saúde do Rio Doce revelou o papel estratégico dessas parcerias para o fortalecimento da governança do SUS, a articulação interfederativa e a comunicação institucional, em conformidade com o Acordo de Mariana. A sistematização das ações de articulação e execução do Programa Especial de Saúde do Rio Doce no Espírito Santo evidenciou o caráter participativo e integrador da iniciativa, que envolveu reuniões de governança, eventos institucionais, oficinas de trabalho, caravanas interministeriais e oficinas de saúde quilombola. Essas ações demonstraram como a participação social e a governança compartilhada contribuíram para incorporar as demandas específicas dos territórios atingidos nas estratégias e documentos técnicos produzidos. No mesmo contexto, a estruturação das propostas prioritárias para o Plano de Ação em Saúde do Ministério da Saúde, alinhadas às necessidades dos territórios afetados pelo desastre de Mariana, resultou de um processo colaborativo que envolveu reuniões técnicas, escutas qualificadas com comunidades e

movimentos sociais, além da participação de gestores e Assessorias Técnicas Independentes. O plano contemplou dimensões essenciais como assistência, vigilância, saúde indígena e de povos tradicionais, promoção da saúde e educação permanente, reafirmando o compromisso com a reparação integral e a continuidade das ações do Programa Especial de Saúde – Rio Doce.

Por fim, o documento que consolidou discussões técnicas e institucionais acerca da prescrição farmacêutica de profilaxias pré e pós-exposição (PrEP e PEP), terapia preventiva da tuberculose (TPT) e outras temáticas farmacêuticas relacionadas à saúde da população LGBTQIAPN+, incluindo testes rápidos e práticas de cuidado integral, reforçou a importância da abordagem multiprofissional e da promoção de um ambiente de cuidado livre de estigma e discriminação. Essas iniciativas evidenciam o compromisso da SVSA/MS com a ampliação do acesso à saúde, a equidade e a qualificação das respostas do SUS frente às demandas contemporâneas em vigilância e promoção da saúde.

Meta 3

Foi realizada uma visita técnica com o objetivo de preparar os laboratórios do Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD) para o processo de acreditação, etapa fundamental para assegurar a qualidade, a confiabilidade e a padronização dos procedimentos laboratoriais. Durante a avaliação, foram identificados os principais pontos fortes da instituição, bem como as necessidades mais urgentes que requerem alocação de recursos específicos. A análise foi sistematizada por meio de um checklist abrangente, que permitiu mapear as demandas prioritárias e subsidiar o planejamento estratégico voltado à melhoria contínua dos processos técnicos e de gestão laboratorial.

Além disso, foram conduzidas ações efetivas voltadas para o fortalecimento do debate diante dos desafios climáticos e de acesso a saúde.

Meta 4

O conjunto de documentos e relatórios técnicos elaborados pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), reflete um esforço contínuo de fortalecimento da vigilância em saúde, da análise epidemiológica e do planejamento estratégico para o enfrentamento de diversas demandas de saúde pública no Brasil. Entre as iniciativas destacadas, inclui-se o parecer técnico da alteração de plano de trabalho do projeto TRAUMA, o documento analisou a alteração do plano de trabalho do projeto TRAUMA 2, que tem como meta a conversão do GPSUS em E-SUS Urgência, atualmente em fase de piloto no SAMU de Fortaleza. O parecer técnico destacou que, apesar do atraso na submissão da proposta de alteração, já foram realizadas análises de risco que não comprometem o andamento global do projeto. O produto reforçou a importância da internalização da ferramenta no Ministério da Saúde, via Datasus, como solução estratégica para ampliar a vigilância das causas externas e subsidiar políticas públicas de saúde.

A SVSA também estruturou a proposta e visualização do painel interativo do projeto Proadi EDIS-Bio, o documento estruturou a proposta de painel interativo do projeto EDIS-Bio, que visa integrar dados de inquéritos de saúde e biomarcadores estratégicos para doenças crônicas não transmissíveis. O primeiro painel, referente à pesquisa Vigitel (2006–2023), foi desenvolvido e validado em reuniões técnicas, com previsão de publicação até setembro de 2025. O produto destacou o cronograma para os próximos painéis (PNS e PeNSE), previstos até dezembro de 2026, reforçando a relevância de disponibilizar dados acessíveis e interativos para subsidiar análises epidemiológicas, monitorar indicadores e fortalecer a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

No campo da vigilância de violências, foram produzidos materiais técnicos para qualificação do preenchimento das fichas de notificação, promovendo oficinas técnicas em Goiás e Tocantins, fortalecendo a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências e qualificando profissionais de vigilância epidemiológica, APS e núcleos hospitalares. Foram abordados temas como legislação, rede de proteção, qualidade dos dados, indicadores e estudos de caso, promovendo integração entre vigilância e atenção. As oficinas evidenciaram dificuldades no preenchimento das fichas e compreensão dos atributos de qualidade, mas possibilitaram aprendizado prático, troca de experiências e construção coletiva de soluções. O material orientador sistematizou metodologias, conteúdos e recomendações, reforçando a necessidade de formações contínuas e propondo um Procedimento Operacional Padrão (POP) para futuras oficinas, garantindo padronização, qualidade e sustentabilidade no processo de qualificação da vigilância de violências.

Outros documentos técnicos foram elaborados, como o material técnico contendo a análise crítica e registro dos pedidos de acesso à informação, registrados no segundo trimestre de 2025, tendo sua avaliação quantitativa e qualitativa das solicitações de acesso à informação recebidas, descrevendo detalhadamente o fluxo de atendimento e assegurando uniformidade, transparência e rastreabilidade nas respostas prestadas. O relatório destacou que o cumprimento rigoroso da legislação fortalece a proteção de dados pessoais e informações sigilosas, ao mesmo tempo em que garante ao cidadão o acesso efetivo às informações de interesse público. Essa prática não apenas promoveu maior eficiência na comunicação institucional, mas também ampliou o impacto social da transparência ativa, ao fornecer dados sobre saúde e serviços, favorecendo o controle social, a compreensão da atuação do SUS e até a preservação de vidas por meio da disseminação de conhecimento acessível e confiável.

A Nota Técnica sobre o método de revisão tripartite das fichas de investigação para inclusão no e-SUS Sinan, consolidou o método de revisão tripartite das fichas de investigação, garantindo padronização, participação interinstitucional e interoperabilidade com outros sistemas de informação em saúde. O produto estabeleceu critérios claros para inclusão, exclusão e justificativa de variáveis, assegurando que os instrumentos de coleta de dados fossem concisos, consistentes e adequados às necessidades da vigilância epidemiológica. Também definiu etapas de validação com CONASS, CONASEMS e SVSA, além de prever mecanismos de padronização final pela CGIAE. Dessa forma, fortaleceu a governança, promoveu maior alinhamento técnico e ampliou a confiabilidade do e-SUS Sinan como ferramenta estratégica para análise epidemiológica e planejamento em saúde pública.

Também foi abordado um documento técnico contendo o script para análise dos principais indicadores relacionados aos fatores de risco e proteção das DCNT, de acordo com o estado nutricional, a partir dos dados públicos do Vigitel.

A construção de novas institucionalidades também foi contemplada, com a proposta de criação do Centro de Prevenção e Controle de Doenças do Brasil (CPCD-BR), alinhada a princípios de integração federativa, articulação intersetorial e abordagem Uma Só Saúde (One Health), assegurando autonomia técnica e orçamentária e fortalecendo a capacidade nacional de prevenção e resposta a emergências sanitárias. Paralelamente, elaboraram-se boletins epidemiológicos, como o sobre excesso de cesarianas, bem como políticas nacionais, incluindo a de vigilância de anomalias congênitas, e protocolos operacionais padronizados para o SEI no contexto das DCNT, todos fundamentados em evidências científicas e alinhados a diretrizes nacionais e internacionais. Houve ainda, O material técnico contendo Boletim Epidemiológico sobre excesso de cesarianas no Brasil. Este, sistematizou a evolução das taxas de cesarianas no Brasil entre 2006 e 2024, desagregadas por esferas pública e privada e por Unidades da Federação. A análise, realizada com técnicas de regressão segmentada (*JoinpointRegression*), evidenciou crescimento contínuo e acima dos parâmetros recomendados pela OMS, especialmente na rede privada. O produto destacou fatores que impulsionam a prática, como conveniência de médicos e gestantes e a chamada “medicina defensiva”, que resultam em cesarianas agendadas sem indicação obstétrica. Ao consolidar gráficos e análises regionais, o boletim reforçou a necessidade de políticas públicas voltadas para qualificação da atenção obstétrica, redução de cesarianas desnecessárias e promoção do parto seguro, fortalecendo a vigilância em saúde materna e neonatal.

Além disso, foi possível gerar um material técnico contendo análise das proporções de cesarianas segundo a classificação de Robson. O documento apresenta a aplicação da classificação de Robson aos dados de nascidos vivos de 2023, revelando excesso de cesarianas em praticamente todos os grupos avaliados, quando comparados às referências da OMS e ao artigo original de Robson. A tabela construída a partir dos dados do SINASC evidenciou que apenas 1,5% dos nascidos vivos não puderam ser classificados por falta de informação, confirmando a robustez do sistema de notificação. O documento reforçou a utilidade da classificação de Robson como ferramenta de monitoramento, identificando grupos prioritários para intervenção e subsidiando gestores na formulação de estratégias que visam reduzir o excesso de cesarianas. Assim, contribuindo para o fortalecimento das ações voltadas à melhoria da qualidade da atenção obstétrica no Brasil.

A coleta e processamento dos dados sobre doenças e agravos de notificação do formulário e-SUS Sinan – Sistema de Informação de Agravos de Notificação, gerou o documento que consolida a reestruturação da Ficha Individual de Notificação no âmbito do e-SUS Sinan, incorporando melhorias na diagramação e categorização dos campos, como dados da notificação, identificação, informações clínicas e conclusão do casoFoi elaborado a 3ª edição do Manual de Instruções do Usuário do e-SUS Sinan, que incorporou novas fichas de notificação e conclusão para agravos como Monkeypox, HTLV, hepatite B em gestantes, distúrbios de voz relacionados ao trabalho, doença falciforme e febre de

Oropouche. O manual detalhou passo a passo o acesso ao sistema via SCPA, níveis e perfis de usuários, procedimentos de notificação, investigação e encerramento de casos, com linguagem técnica clara e exemplos práticos. Também incluiu ilustrações, recursos visuais e orientações sobre autenticação multifator, ampliando a segurança e a usabilidade da plataforma. Ao uniformizar as instruções, o documento fortaleceu a padronização dos registros em todo o território nacional, garantiu maior confiabilidade dos dados e contribuiu para a modernização da vigilância epidemiológica, tornando o sistema mais acessível, eficiente e alinhado às necessidades do SUS.

Houve ainda, a elaboração de documento técnico contendo proposta de portaria para a instituição da Política Nacional de Vigilância de Anomalias Congênitas, a minuta de portaria que institui a Política Nacional de Vigilância de Anomalias Congênitas no âmbito do SUS, com objetivos claros voltados à prevenção, vigilância, diagnóstico precoce, atenção integral e reabilitação. A construção envolveu articulação com áreas técnicas do Ministério da Saúde, análise de dados epidemiológicos, revisão normativa e reuniões com pontos focais estaduais, além de visitas de campo para captar realidades locais. O documento estruturou princípios e diretrizes alinhados à universalidade, integralidade, equidade, base científica, transparência, intersetorialidade e humanização, além de definir competências específicas para União, estados e municípios. Ao propor indicadores, fluxos de notificação, capacitação de profissionais e integração entre vigilância e atenção, o produto fortaleceu a resposta nacional às anomalias congênitas, reduziu desigualdades regionais e aproximou o Brasil das recomendações internacionais. A minuta, pronta para tramitação nas instâncias de pactuação, representa um marco normativo essencial para qualificar o SUS e garantir direitos às crianças, famílias e comunidades afetadas.

Ainda nos documentos gerados, podemos relatar a elaboração do documento técnico de proposta de Protocolo Operacional Padrão (POP) para o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) no âmbito da Coordenação-Geral de Doenças Não Transmissíveis (CGDNT), considerando as principais temáticas de vigilância epidemiológica de DCNT e seus fatores de risco e proteção, o documento consolidou a padronização dos fluxos documentais e processuais da CGDNT no SEI, garantindo agilidade, rastreabilidade, redução de inconsistências e maior segurança no manuseio de documentos eletrônicos. O POP estruturou etapas claras para abertura, tramitação, assinatura e arquivamento de processos, integrando aspectos técnicos das DCNT e seus fatores de risco e proteção.

As ações de vigilância se estenderam à promoção da cultura de paz, prevenção de mortes no trânsito, monitoramento de óbitos maternos, gestão de vigilância de DCNT nos estados, e vigilância de suicídio e automutilação, estruturando agendas estratégicas, bases de dados harmonizadas e procedimentos metodológicos rigorosos. No contexto de laboratórios de alta contenção, foram avaliadas questões de biossegurança, bioproteção e cibersegurança, identificando fragilidades e reforçando protocolos para garantir segurança operacional e proteção de dados sensíveis. .

Ocorreu em seguida, a elaboração do relatório gerencial com levantamento de dados por residência e ano de ocorrência, referente aos óbitos maternos nos anos de 2020 a 2023, com análise detalhada dos óbitos maternos ocorridos no Brasil entre 2020 e 2023, desagregados por local de residência e ano de ocorrência. Os dados evidenciaram variações anuais significativas, com pico em 2021 e redução em 2023, além de forte concentração de casos na região Sudeste. O documento apontou ainda disparidades regionais, como menor incidência no Piauí, e destacou fatores associados como infraestrutura de saúde, acesso ao pré-natal e políticas públicas regionais. O produto reforçou a importância do monitoramento contínuo, da qualificação dos registros no SIM e da adoção de estratégias focalizadas em áreas críticas, subsidiando políticas públicas voltadas à redução da mortalidade materna e ao fortalecimento da vigilância em saúde materno-infantil.

A gestão da vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis nas Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e nas Capitais Brasileiras, no período de 2021 a 2023, gerou o documento técnico contendo resultados qualitativos, apresentando um diagnóstico abrangente sobre a capacidade institucional das vigilâncias de DANT, estruturado a partir de revisão integrativa de literatura, entrevistas com gestores estaduais e municipais, aplicação de questionários e grupos focais. A pesquisa possibilitou a criação do Índice de Capacidade Institucional da Vigilância de DANT (ICI-DANT), que revelou disparidades regionais marcantes, destacando melhores desempenhos em estados do Sul e Sudeste e fragilidades acentuadas em regiões Norte e Nordeste. Os resultados indicaram gargalos críticos em recursos humanos, infraestrutura e financiamento, além da baixa institucionalização da educação permanente e da articulação intersetorial. O relatório também apontou experiências bem-sucedidas em alguns territórios, reforçando que o fortalecimento das vigilâncias exige estratégias diferenciadas e adaptadas às realidades locais. Assim, o material consolidou evidências inéditas para orientar políticas públicas, forneceu subsídios técnicos para gestores e propôs

recomendações estratégicas para a redução das desigualdades, garantindo maior efetividade da vigilância de DANT no Brasil

O conjunto de produtos e ações desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) reflete um esforço técnico-científico consistente voltado ao fortalecimento da governança, da integração de dados, da modernização de sistemas de informação e da qualificação das respostas do Sistema Único de Saúde (SUS) frente a desafios contemporâneos em vigilância, equidade e segurança sanitária.

O material técnico produzido sobre as diretrizes de um Sistema Seguro para redução das mortes no trânsito consolidou uma análise baseada em evidências nacionais e internacionais, destacando princípios como a vulnerabilidade e a falibilidade humanas, a responsabilidade compartilhada e a inaceitabilidade de mortes ou lesões graves no trânsito. A proposta enfatizou a transição de um paradigma centrado na responsabilização individual para uma abordagem sistêmica, integrando infraestrutura, gestão de velocidade, planejamento urbano sustentável e governança intersetorial. Ao incorporar dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e experiências exitosas de países como Suécia, Holanda e cidades latino-americanas, o documento demonstrou que a aplicação do conceito de Sistemas Seguros no Programa Vida no Trânsito potencializa a proteção de pedestres, ciclistas e motociclistas, além de estimular modos de transporte mais sustentáveis. O produto, portanto, forneceu bases técnicas e éticas para políticas públicas voltadas à mobilidade segura, propondo ainda a criação de um grupo técnico intersetorial para operacionalizar as diretrizes apresentadas.

Paralelamente, foi elaborado um script padronizado de linkage para a vinculação de bases de dados no Núcleo de Governança de Dados do DAENT que permita a integração entre diferentes computadores dentro da Sala de Acesso Restrito do DAENT/SVSA/MS, o produto consolidou a criação de um script padronizado em Python, utilizando processamento paralelo e distribuído entre múltiplos computadores da Sala de Acesso Restrito. A solução empregou bibliotecas modernas como *recordlinkage*, *multiprocessing*, *fuzzywuzzy* e *Celery/Redis* para viabilizar a execução de linkage com grandes volumes de dados de forma off-line, preservando a segurança e a confidencialidade de informações sensíveis. O documento apresentou a arquitetura master-worker, fluxos de processamento otimizados por chunks e estratégias de balanceamento dinâmico de carga, reduzindo tempo de execução e aumentando a precisão na identificação de pares e não pares. Também detalhou requisitos de infraestrutura, rotinas de preparação e merge final dos resultados, além de mecanismos de rastreabilidade e testes de robustez. Com isso, fortaleceu a capacidade analítica do DAENT, assegurou maior confiabilidade nas análises epidemiológicas e ampliou a eficiência da governança de dados em saúde

No campo da vigilância epidemiológica, foi conduzida uma avaliação detalhada das mudanças ocorridas entre os questionários da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 e 2025, gerando recomendações técnico-científicas para aprimorar a qualidade das informações coletadas. Também foi desenvolvido um Procedimento Operacional Padronizado (POP) destinado à análise de projetos de lei, garantindo que as proposições legislativas fossem avaliadas sob a ótica técnico-científica, legislativa e de pertinência temática, sobretudo no contexto das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). No âmbito da vigilância de violências, elaborou-se material técnico contendo informações sobre o processo de revisão da ficha de notificação de violência interpessoal e autoprovocada, incluindo reuniões de delineamento metodológico, aplicação de formulário para coleta de sugestões, oficinas técnicas presenciais e online, consolidação de relatórios e construção da Matriz de Decisão. O documento evidenciou a participação de diferentes instâncias (CGVIVA, CGIAE, Conass e Conasems), garantindo legitimidade ao processo e alinhamento interinstitucional. Como resultado, foi consolidada uma proposta preliminar da nova ficha, estruturada em critérios objetivos de inclusão ou exclusão de variáveis. O produto fortaleceu a padronização metodológica, assegurou transparência e promoveu a qualificação da vigilância de violências no Brasil, criando bases sólidas para a implantação futura da nova ficha e do instrutivo de notificação.

Outros produtos fortaleceram a governança de dados e a transparência ativa. Relatórios técnicos detalharam fluxos e protocolos de acesso às bases sob gestão do DAENT, via Sala de Acesso Restrito (SAR), assegurando conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a LGPD. Outro documento diagnosticou o processo de divulgação dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), mapeando desafios e propondo medidas de padronização e integração tecnológica com o e-SUS VS, o que resultou em maior consistência e confiabilidade das informações públicas. Foi realizado ainda um documento técnico apresentando o diagnóstico do processo de divulgação dos dados do Sinan em transparência ativa, com base na aplicação de um questionário via FormSUS. O documento consolidou

informações sobre periodicidade, curadoria e unificação de bases, além de mapear desafios como ausência de padronização, divergências entre versões enviadas e falta de pops. O produto reforçou a necessidade de padronização de fluxos, capacitação técnica e integração tecnológica entre Sinan e e-SUS VS. Com isso, houve o fortalecimento da governança da divulgação de dados, ampliação da transparência e garantia de maior confiabilidade e consistência às informações disponibilizadas em âmbito nacional.

Destaca-se também a consolidação de uma agenda estratégica para vigilância e prevenção da automutilação e do suicídio no Brasil. O produto consolidou uma agenda estratégica nacional, fundamentada em evidências científicas e diretrizes internacionais, adaptadas ao contexto epidemiológico e social brasileiro. A proposta estruturou pilares temáticos (vigilância e produção de informação, prevenção e promoção da saúde mental, cuidado integral e comunicação/mobilização social) e eixos estruturantes (governança, financiamento, capacitação, equidade, monitoramento, tecnologia e normatização). O documento trouxe linhas de ação detalhadas para fortalecer a qualidade dos dados, integrar bases intersetoriais, promover campanhas educativas, ampliar serviços de cuidado, além de capacitar profissionais e articular a rede de atenção psicossocial. A agenda reforçou a necessidade de abordagem intersetorial, valorização da experiência vivida, equidade e sustentabilidade, representando um marco para orientar políticas públicas, reduzir desigualdades e fortalecer a resposta do SUS à automutilação e ao suicídio.

Avanços expressivos foram registrados a partir da elaboração do material contendo banco de dados local unificado do SIM (2000–2024), com registros tratados de forma padronizada, acompanhado de material técnico descritivo com o dicionário de variáveis, critérios de harmonização, metodologia de integração das tabelas anuais e orientações de uso.

Foi realizado ainda um levantamento detalhado das variáveis do SIM (2000–2024), com identificação de variáveis comuns, específicas e descontinuadas. Com isso, o levantamento permitiu compreender a evolução histórica das informações coletadas pelo SIM, garantindo que a harmonização fosse realizada sem perda de dados relevantes. Esse mapeamento aprimorou a rastreabilidade das mudanças e forneceu insumos estratégicos para análises comparativas ao longo de mais de duas décadas.

Dentre esses avanços, temos ainda a modelagem em banco relacional PostgreSQL e estruturação de um Data Warehouse em esquema estrela Essa iniciativa elevou o SIM a padrões internacionais de análise e interoperabilidade, aprimorando o potencial estratégico do sistema para estudos de tendência e vigilância em saúde.

Ainda neste âmbito, foi elaborado um diagrama entidade-relacionamento (ERD), descrevendo as principais relações do modelo, sistematizando a lógica da integração de dados, fornecendo um instrumento visual e técnico que facilita a compreensão da arquitetura do banco. Esse recurso aumenta a eficiência no treinamento de equipes e no processo de implementação.

A estrutura conceitual de *Data Warehouse* no formato de esquema estrela, com tabela e dimensões auxiliares, essa modelagem assegurou maior eficiência analítica e integração com ferramentas de BI, permitindo consultas rápidas, análises históricas detalhadas e flexibilidade para cruzamento com outras bases de dados. O produto ampliou o potencial estratégico do SIM, aproximando-o de padrões internacionais de gestão de dados.

Em continuidade, foi elaborado material técnico contendo os principais resultados alcançados no ano de 2024, referente ao aprimoramento dos sistemas de informação em saúde, integração das bases de dados e vigilância do óbito materno e infantil.

Um relatório técnico descritivo contendo proposta de minutas de portarias de regulamentação da Lei nº 13.685/2018 vinculadas à institucionalização dos Registros de Câncer no âmbito do Ministério da Saúde foi redigido. Além disso, foi elaborado documento técnico sobre as disparidades raciais na mortalidade pelas principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis e seus fatores de risco contendo análise quantitativa e descritiva das taxas de mortalidade por DCNT segundo raça/cor no Brasil em 2010 e 2022, com base nos dados do SIM e nos Censos Demográficos. Os resultados mostraram aumento de 21% nas taxas gerais, com crescimento de 25% entre brancos, 33% entre pretos e pardos, mais de 200% entre amarelos e estabilidade entre indígenas. Foram detalhadas desigualdades também para neoplasias, diabetes, doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas, além de variações regionais por Unidades Federadas. O documento evidenciou que fatores sociais, econômicos e estruturais explicam grande parte das disparidades raciais observadas. A análise reforçou a urgência de políticas públicas adaptadas às necessidades específicas de cada grupo racial, alinhadas à PNSIPN e à PNASI, além de integrar determinantes sociais, culturais e ambientais para redução das desigualdades e fortalecimento da equidade em saúde.

Também foi desenvolvido um estudo técnico sobre as disparidades raciais na mortalidade por DCNT no Brasil, que

evidenciou desigualdades expressivas entre grupos raciais e apontou a necessidade de políticas adaptadas e integradas às diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASI).Na área da vigilância de violências e acidentes, foi padronizada a metodologia do Inquérito VIVA 2024, garantindo robustez científica, representatividade e comparabilidade temporal. Complementarmente, produziu-se material técnico com orientações para a escuta qualificada de crianças e adolescentes em situação de violência, com base na Lei nº 13.431/2017 e no Decreto nº 9.603/2018, reforçando a integração intersetorial e a proteção integral. Ainda sobre o SIM, foi elaborado material contendo curadoria do banco de dados com foco nas críticas sobre qualidade da codificação da causa da morte do ano de 2025, o documento consolidou a curadoria do banco de dados do SIM, aplicando 16 críticas de qualidade previstas na Portaria nº 116/2006. O processo incluiu revisão preliminar e final, análise de variáveis como idade, sexo e bloco V da Declaração de Óbito, além da recodificação das causas de morte e retorno das informações para estados e municípios. Essa sistematização garantiu maior consistência, rastreabilidade e confiabilidade dos dados, fortalecendo a qualidade das estatísticas vitais antes de sua divulgação nacional e ampliando a capacidade do SUS em monitorar padrões de mortalidade com precisão.

No campo laboratorial, consolidou-se o relatório contendo discussão relativa à seleção de método aplicado à segurança de dados, ferramentas aplicáveis e à discussão relativa aos agentes biológicos de uso dual dos Laboratórios de Nível de Biossegurança 3 (NB3) no âmbito Nacional do Sistema Único de Saúde – SUS, contendo análises sobre biossegurança, bioproteção e segurança cibernética em laboratórios de alta contenção, incluindo visitas técnicas em unidades nos estados do Amazonas, Ceará e Minas Gerais. Foram abordados aspectos de infraestrutura (pressão, refrigeração, intertravamento, tratamento de efluentes), controle de acesso, uso de EPIs, testes de estanqueidade, esterilização e gestão de dados sensíveis. O documento também reforçou a necessidade de padronização de fluxos, registro de incidentes cibernéticos e cooperação internacional, considerando a legislação nacional e resoluções da ONU sobre uso dual. Embora tenha identificado avanços importantes, apontou fragilidades e ressaltou que a consolidação plena ainda exige implementação contínua de protocolos, estruturação e conscientização da rede de laboratórios, fortalecendo a preparação do SUS frente a riscos biológicos e emergências em saúde pública.

Por fim, destacam-se ações voltadas à resposta a emergências em saúde pública, incluindo a participação em reuniões do Centro de Operações de Emergência (COE) de Dengue, Febre Amarela e outras arboviroses, além da realização de oficinas de organização da rede assistencial e manejo clínico da dengue. Essas atividades consolidaram a integração entre vigilância e assistência, qualificaram profissionais e contribuíram para reduzir a morbimortalidade associada.Houveram ações de apoio técnico, oficinas de avaliação pós-evento e elaboração de materiais como o Manual de Enfermagem da Dengue e notas técnicas conjuntas, como capacitações, planos de contingência e atualização de protocolos clínicos e reforço na preparação das redes locais, a integração das ações e o fortalecimento do SUS para enfrentar emergências em saúde pública.

Além disso, apoio técnico em reuniões, revisões de notas técnicas e missões presenciais para organização de serviços em municípios afetados, resposta da rede frente a surtos de vírus respiratórios, revisando protocolos, qualificando fluxos de atendimento e assegurando o uso racional de medicamentos. Essa atuação contribuiu para reduzir vulnerabilidades, evitar óbitos e fortalecer a integração entre vigilância e assistência.

A atualização do Guia de Vigilância em Saúde – capítulo de cólera – e o aprimoramento de materiais de comunicação, como o glossário do site A a Z, complementaram esse conjunto de ações, reforçando a atualização contínua e a disseminação do conhecimento técnico. Em conjunto, os produtos e atividades desenvolvidos pela SVSA em 2024 e 2025 representam um marco na consolidação de práticas baseadas em evidências, na modernização dos sistemas de informação e na ampliação da capacidade institucional do SUS para enfrentar desafios emergentes em vigilância, equidade e segurança sanitária.

5. Considerações Gerais

Declaro para os devidos fins que todas as ações executadas foram para o desenvolvimento das metas e alcance dos objetivos em observância aos princípios públicos que norteiam a correta utilização do recurso.

Documento assinado eletronicamente por **TANIA MARIA PEIXOTO FONSECA**, **Analista de Gestão em Saúde**, em 17/10/2025, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5527853** e o código CRC **3B65DEBB**.

Referência: Processo nº 25380.001341/2025-62 SEI nº 5527853

Gestor: COGEPLAN
Versão: 01 - janeiro/2025